

# INCLUSÃO NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE TEATRO MARTINS PENA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA CONSTRUÇÃO DO TEATRO ACESSÍVEL

*INCLUSION IN THE MARTINS PENA STATE TECHNICAL SCHOOL OF THEATER: CHALLENGES  
AND POSSIBILITIES FOR THE CONSTRUCTION OF ACCESSIBLE THEATER*

<https://orcid.org/0009-0002-4701-9617>  Bianca Fogli<sup>A</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9884-4871>  Margareth Neves de Oliveira<sup>B</sup>

<sup>A</sup> Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<sup>B</sup> Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência: Bianca Fogli (profbiancafogli@gmail.com)

## Resumo

Compreendendo o relato de experiência como importante metodologia de pesquisa à construção do conhecimento, este estudo descreve parte de uma atividade de pesquisa-ação em curso, desenvolvida na Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena, na qual pesquisadores e participantes envolvem-se cooperativamente à resolução de problemas coletivos. Objetiva refletir e identificar desafios e possibilidades do processo de inclusão e construção do Teatro Acessível, na escola citada, fundamentando-se em ações vocacionadas ao público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão, fortalecer a implantação de políticas, culturas e práticas voltadas à eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, por meio de coleta de dados e de observações e entrevistas semiestruturadas sobre a implantação da atividade estagiária curricular, como estratégia propulsora da inclusão laboral. Pauta-se em premissas cruciais ao aprimoramento da formação: protagonismo da pessoa com deficiência; interinstitucionalidade; tecnologia assistiva; preservação da memória. Observam-se desafios concretos enfrentados pela escola: ausência de acessibilidade física; falta de formação dos profissionais que atuam junto ao alunado com deficiência; barreiras atitudinais; inexistência de suportes adequados. Resultados preliminares apresentam evidências positivas e conquistas significativas por meio de uma rede de ações colaborativas inclusivas: elaboração de dossiê sobre acessibilidade teatral; levantamento histórico escolar realizado pelo Centro de Memórias; Coral Cênico; ações desenvolvidas com a FAETERJ. Destacam-se considerações parciais: conscientização da necessidade de inclusão curricular de disciplinas sobre acessibilidade teatral, audiodescrição, aprofundamento do estudo de Libras com foco dramático específico; importância do estágio no processo de inclusão laboral, preferencialmente, do público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão.

**Palavras-chave:** Inclusão no Ensino Técnico de Teatro; Teatro acessível; Tecnologia



2025 Fogli; Oliveira. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Assistiva no Teatro; Libras na Dramaturgia; Audiodescrição nas Artes Cênicas.

### **Abstract**

Understanding the experience report as an important research methodology for the construction of knowledge, this study describes part of an ongoing action research activity, developed at the Martins Pena State Technical School of Theater, in which researchers and participants cooperatively engage in the resolution of collective problems. It aims to reflect and identify challenges and possibilities of the process of inclusion and construction of Accessible Theater, at the aforementioned school, based on actions aimed at the target audience of special education from the perspective of inclusion, strengthening the implementation of policies, cultures and practices aimed at eliminating barriers to learning and participation, through data collection and observations and semi-structured interviews on the implementation of the curricular internship activity, as a strategy to promote labor inclusion. It is based on crucial premises for improving training: protagonism of the person with disabilities; interinstitutionality; assistive technology; preservation of memory. Concrete challenges faced by the school are observed: lack of physical accessibility; lack of training of professionals who work with students with disabilities; attitudinal barriers; lack of adequate support. Preliminary results show positive evidence and significant achievements through a network of inclusive collaborative actions: preparation of a dossier on theatrical accessibility; school history survey carried out by the Memory Center; Choir Stage; actions developed with FAETERJ. Partial considerations stand out: awareness of the need for curricular inclusion of subjects on theatrical accessibility, audio description, in-depth study of Libras with a specific dramaturgical focus; importance of internship in the process of labor inclusion, preferably, of the target audience of special education from the perspective of inclusion.

**Keywords:** Inclusion in Technical Theater Education; Accessible Theater; Assistive Technology in Theater; Libras in Dramaturgy; Audio Description in the Performing Arts.

## Introdução

Este trabalho faz parte da trajetória profissional das autoras, como professoras especialistas em educação especial, desde 1996, no exercício pedagógico e de implantação de políticas, culturas e práticas da educação especial na perspectiva da inclusão na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), que é vocacionada para o gerenciamento da educação profissional. Após atuar em diversas instâncias de gestão, em 2020, foi iniciado, por meio de transferência entre unidades de ensino, uma investigação do estado da Arte da Educação Especial na Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena, uma das unidades de ensino da FAETEC, instituição voltada à formação para a dramaturgia há um centenário e plenamente reconhecida no âmbito nacional e internacional pela pulverização de artistas de renome no mundo das artes cênicas.

A experiência pessoal e, em especial, de gestão de assessoria, na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro – SECEC/RJ auxiliou em reflexões fundamentais às demandas da ETET Martins, no âmbito do acompanhamento especial de pessoas com deficiência em âmbito laboral. Dessa forma, foram elaborados editais vocacionados para pessoas com deficiência e um artigo intitulado: “A Inclusão Laboral: Olhares dos profissionais com deficiência da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa- RJ”<sup>1</sup>.

Na ocasião, o professor Fernando Mota (In Memoriam), diretor da Divisão de Ensino Superior da FAETEC, à época, que sempre acreditou no poder da colaboração e da união de esforços, uma figura inspiradora, foi à SECEC/RJ pleitear seu apoio à ETET Martins Pena. Ele afirmava que, “unidos, poderíamos superar as dificuldades e promover mudanças significativas. Sua crença no trabalho coletivo ressoou profundamente na determinação em buscar soluções inclusivas e inovadoras de forma colaborativa”.

Naquele momento, a secretária Estadual de Governo do RJ, Daniele Barros, estava assumindo a pasta, mas que, com sua essência de educadora, abordou sobre a precariedade do Teatro Municipal, instante em que nosso eterno e visionário Fernando Motta se pronunciou: “Não se preocupe, secretária, estaremos juntos. Já estou vendo os frutos de nossa parceria da FAETERJ Martins Pena - nossa Faculdade Tecnológica de Teatro do Estado do Rio de Janeiro com o Teatro Municipal, tendo-o como espaço de aplicação e pesquisa. E,

---

<sup>1</sup> A inclusão laboral: olhares dos profissionais com deficiência da Secretaria de Cultura e Economia Criativa/ RJ. Bianca Fogli, Josiane Bragato, Daniele Barros (2020), in: Educação (in)clusiva na contemporaneidade: práticas, experiências e olhares. Organização Carla Figueira de Souza, Michelle Azambuja. - 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

com certeza, avançaremos no desenvolvimento de uma política de cultura para o nosso estado.”

No ensejo, o corpo técnico (da FAETEC), que estava atuando na SECEC/RJ, explicou que a ação implicaria, inicialmente, na elaboração de um Termo de Convênio de Estágio, quando a secretária prosseguiu enfatizando que então, no que dependesse da SECEC/RJ, a FAETERJ teria todos os teatros, gestados pelo Estado do Rio de Janeiro, como espaços de aplicação.

No entanto, face ao cenário político e a descontinuidade das ações na FAETEC, com constantes mudanças na alta administração, dentre outros fatores, que acabam impactando diretamente na ETET Martins Pena, o processo de articulação foi interrompido, frente a outras ações prioritárias que a escola estava enfrentando, em especial, quanto à precarização de suas instalações físicas e possibilidades de interdição do prédio, que contou com a mobilização estudantil denominada “A casa vai cair”, impactando na interdição do espaço físico da escola pela defesa civil.

Durante a pandemia de COVID-19, a ETET Martins Pena enfrentou inúmeros desafios, sendo a precarização das instalações físicas um dos principais obstáculos, que exigiram um esforço coletivo: a constituição de um grupo de trabalho para tratar das questões do reconhecimento dos cursos como modalidade do Ensino Superior, de comissões para buscar espaços possíveis que pudessem sediar a escola etc.

Paradoxalmente, ocorreram ações encaminhadas pela escola e pela alta administração da FAETEC no sentido de envidar esforços para o encaminhamento das múltiplas questões levantadas no processo de ampliação do escopo da escola para atuação no ensino superior, como: estruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional; organização do setor de estágio; a necessidade de redesenhar o curso para 1000 horas, em conformidade com as prerrogativas da legislação e da alta administração. Apesar de o curso já atender aos requisitos legais de funcionamento acima das exigências de um curso de natureza tecnológica, a mudança foi imposta, exigindo uma reestruturação curricular que demandou redesenho do tempo e do espaço escolar, gerando novos desafios: preocupação com sobra de carga horária, diminuição de disciplinas na matriz curricular etc.

Parecia-nos ser adequado buscar o reconhecimento do curso técnico ofertado pela escola como sendo de ensino superior, uma vez que o mesmo atendia às exigências para além de um curso tecnológico. Além disso, devido à natureza do curso e sua carga horária, retroagir e diminuir a matriz curricular resultaria em prejuízos, comprometendo assim o projeto pedagógico.

Aliado a esse processo, a perda do gestor Marcelo Reis e de outros profissionais da escola também gerou um impacto profundo. Esses profissionais desempenhavam papéis cruciais na administração e no desenvolvimento pedagógico da instituição.

Além disso, a experiência com uma aluna cega, Analu Faria, a primeira com essa característica, segundo os registros oficiais da escola e, portanto sem condições pedagógicas e de infraestrutura adequadas, que expôs a falta de recursos, preparo da escola e formação docente vocacionados para o atendimento educacional especializado de estudantes com necessidades especiais, tendo a mesma que buscar caminhos para viabilizar o seu processo educacional, contando apenas com a orientadora educacional que se dispunha a fazer a leitura de textos de todas as disciplinas passados pelos professores do curso, mesmo não tendo conhecimento técnico sobre a prática de leitor<sup>2</sup>.

Logo a seguir, devido à política de cotas para alunos do público alvo da Educação Especial na perspectiva da inclusão, prevista no edital de ingresso para cursos técnicos da FAETEC, foi pontuada pela comunidade escolar a preocupação com a participação de candidatos com autismo para a realização do Teste de Habilidades Específicas, pré-requisito do processo de seleção para cursar Teatro na ETET Martins Pena.

Pertencendo ao quadro de professores da FAETEC e atuando como especialista em educação especial, uma das atribuições é participar de reuniões de planejamento escolar, dentre outras. Em uma delas, foi sugerido que houvesse a parceria com a proposta de elaboração de uma justificativa ao órgão central da administração, responsável pelo ingresso escolar, indicando a impossibilidade de a escola receber o referido alunado, face a não qualificação do corpo docente, infraestrutura inadequada, inexistência de recursos físicos e materiais e de suportes necessários, além dos desafios inúmeros pelos quais a escola está passando, tendo em vista a experiência que a escola já desenvolvia com a aluna Analu. Na ocasião, foi explicada a dinâmica de trabalho inerente ao cargo de professor da educação especial, no qual a atribuição é, justamente, buscar caminhos e alternativas, com a comunidade escolar, para lidar com a questão em tela, sinalizando para os preceitos legais da Lei Federal 7.853/ 89 no que se refere a negar acesso, fazer cessar ou procrastinar o direito da pessoa com deficiência, em função da sua condição.

<sup>2</sup> Ledor: É um recurso humano da Tecnologia Assistiva que, durante a realização de provas e/ou atividades de leitura, faz a leitura de textos e do conteúdo de questões para alunos ou candidatos com deficiência visual, e preenche as respostas nas provas subjetivas, reproduzindo fielmente as afirmações do interessado.

A ausência de recursos específicos, materiais e de tecnologia assistiva<sup>3</sup>, bem como a necessidade de formação dos professores para lidar com essa demanda, destacou a urgência de investir em acessibilidade e inclusão, e o somatório de todos os desafios descritos mobilizaram a busca por soluções e alternativas que pudessem mitigar os problemas enfrentados.

De forma geral, tem sido recorrente, identificarmos na formação profissional de pessoas com autismo, uma expectativa de insegurança, por parte do corpo docente, em relação à defasagem de habilidades específicas que esses candidatos podem, supostamente, trazer. Inúmeros estudos vêm mostrando que os professores, embora sensibilizados com o conceito/ a ideia de inclusão escolar, se sentem (e, de fato o são) pouco preparados para atender alunos com deficiência ou outros transtornos (PLESTCH, 2009; ANTUNES & GLAT, 2011; entre outros).

Diante do fato, optou-se por fazer um levantamento a respeito dos estudos que abordam a temática descrita, objetivando encontrar caminhos para subsidiar as ações na escola. Nesse sentido, foi criado junto ao diretório do CNPq<sup>4</sup>, um grupo de pesquisa sobre inclusão, formação profissional e teatro para pessoas com deficiência, frente à necessidade de preencher uma lacuna significativa na literatura existente. Durante as buscas de dados, percebeu-se não haver material suficiente no âmbito da formação profissional de maneira abrangente e uma produção acadêmica extremamente tímida voltada para a formação de pessoas com deficiência no âmbito das artes cênicas.

A literatura disponível tende a focar em grupos específicos para determinados segmentos, como pessoas cegas, surdas ou com outras deficiências, mas falta uma abordagem que englobe a formação profissional em um contexto mais amplo e regular.

Diante dessa escassez de referências bibliográficas, especialmente em bases de dados como Scielo, Google Acadêmico e outras redes de pesquisa e contando como apoio da prof<sup>a</sup> Rosana Bartholazzi, decidiu-se criar um grupo de pesquisa junto ao diretório do CNPq, tendo recebido aprovação em 2021<sup>5</sup>, intitulado Teatro/ Arte Inclusiva e Acessibilidade Cultural. Nesse momento, buscou-se investigar o ingresso e participação de Analu, a aluna com cegueira que, de certa forma, impulsionou a sensibilização da comunidade escolar no que tange ao processo de inclusão. Não havia documentação ou registros na pasta da aluna que indicassem a necessidade de atendimento especial. Ao conversar com essa aluna, constatei

---

<sup>3</sup> Tecnologia assistiva: Todo um arsenal de materiais, recursos humanos e equipamentos que possibilitam independência e autonomia para pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

<sup>4</sup> CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

*Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.11, N. 2 - pág. 60-84 mai.- ago. de 2025: “Desafios da Formação Profissional no Teatro Acessível - Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena” – DOI: 10.12957/riae.2025.92003*

<sup>5</sup> Endereço para acessar o espelho do grupo de pesquisa: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4133937261497438](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4133937261497438).

sua gratidão pela acolhida que afirmou ter recebido da direção escolar e da coordenação pedagógica por meio da oferta de recursos (humano e de equipamento) da tecnologia assistiva (ledor e notebook), mas que ainda assim, não se sentia contemplada na escola quanto à sua necessidade especial, pois não a consultaram se havia a real necessidade de uso do notebook, equipamento que ela guarda com carinho, sem o ter sequer utilizado, e que ela demandava de outros recursos, tais como um transporte escolar ou uma pessoa que a acompanhasse da estação do metrô até à escola, no momento de chegada ao curso e da escola até à estação do metrô, no término da aula, pois a aluna apresenta autonomia de mobilidade, mas a questão envolvia outros aspectos, em especial a de segurança pública. Inicialmente, a professora Elizabeth Canejo, também cega, que atua na Divisão de Inclusão e Diversidade da FAETEC, ofereceu à aluna sua atuação na área de orientação e mobilidade em âmbito local, mas as demandas concretas estavam aquém destas. A conjunção de empenho por parte de toda comunidade escolar que não mediu esforços em buscar alternativas para viabilizar a permanência da aluna no curso, pode ser denominada como uma rede de apoio e de colaboração.

Objetivando buscar caminhos para aplicar alternativas adequadas às demandas encontradas no cotidiano escolar foi se estruturando a ideia de olhar para a questão do currículo, visto ser esta uma das principais temáticas apontadas pelo despreparo para lidar com pessoas com deficiência.

### **Inclusão na Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena: do que estamos falando?**

Incluir significa fazer parte, interpor, introduzir. Inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, para Lopes (2009), a inclusão das pessoas com deficiências constitui torná-las participantes da vida social, econômica e política, certificando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e demais espaços públicos.

Entendendo o processo de inclusão na educação como um conjunto de medidas voltado a garantir “espaços” para os excluídos: sujeitos que, por um motivo ou outro, não estão inseridos no modelo de aluno para o qual o sistema e suas políticas e filosofias estão preparados para educar. Nessa perspectiva, optamos por trabalhar as questões próprias do conceito de “inclusão” sob a ótica da “exclusão”.

Utilizaremos a expressão “inclusão em educação”, cunhada por Booth e Ainscow (1998), em defesa da sua não adjetivação. Quando nos referimos à inclusão em educação, estamos considerando inclusão como: um movimento dialético de luta contra os processos de

exclusões, ou seja: um processo de identificação e minimização de todo e qualquer tipo de exclusão, sem se referir a um grupo excluído.

Entretanto, no escopo deste trabalho, abordaremos, prioritariamente, as questões afetas ao público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão que impulsionam a criação de um grupo de pesquisa sobre a temática.

A legislação nacional brasileira traz como prerrogativa o direito à escolarização das pessoas com deficiência, preferencialmente no espaço comum de ensino, ou seja, nas escolas regulares. Assim, destacamos:

- Constituição Federal de 1988: prevê a não discriminação em relação à admissão ao trabalho e ao salário para pessoas com deficiência, a educação formal preferencialmente no ensino regular, o atendimento educacional especializado, a adequação de transportes públicos, entre outras disposições (CF. arts. 7º, 205, 240, dentre outros).
- Lei 7853/89: dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, sobretudo em seu artigo 8º.
- Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação 9394/96: em seus artigos 58, 59 e 60, enfatizando a máxima de que a educação especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
- Lei nº 12.711/2012: trata da reserva de vagas em processos seletivos para instituições federais de ensino médio, técnico e superior e inclui, entre os grupos que poderão ter direito às cotas, pessoas com deficiência.
- Lei nº 13146/2015: usualmente chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reúne vários direitos, atualizando alguns já legitimados anteriormente, em uma perspectiva que reconhece o direito de todas as pessoas à participação social e o dever do Estado em mobilizar ações para efetivá-lo. Entre os direitos previstos pela LBI, destacam-se aqui: o direito à vida; à habilitação e reabilitação; à saúde; à educação; à moradia; ao trabalho; à assistência social; à previdência social; à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; ao transporte e à mobilidade; à participação na vida pública; entre outros.

## **Adentrando o campo - Teatro acessível**

O conceito de "teatro acessível" tem suas raízes históricas na evolução dos movimentos de inclusão e acessibilidade cultural. Segundo Silva (2018), o termo surgiu como resposta à necessidade de garantir que pessoas com deficiência pudessem participar plenamente das experiências teatrais, sem enfrentar barreiras físicas ou comunicacionais. A partir da década de 1990, movimentos internacionais começaram a pressionar por práticas inclusivas no campo cultural, inspirando a adoção de políticas de acessibilidade em diversos países (Smith, 2005).

No Brasil, iniciativas como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a regulamentação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT NBR 9050:2021) têm contribuído significativamente para a promoção do teatro acessível. Essas normas estabelecem diretrizes específicas para a adaptação de teatros, como a instalação de recursos de audiodescrição e legendagem (ABNT, 2021).

Dessa forma, o conceito de teatro acessível não se limita apenas à adaptação física dos espaços, mas também engloba a concepção das peças teatrais e dos processos de produção para garantir a inclusão de todos os públicos, independentemente de suas capacidades sensoriais ou físicas.

Acessibilidade, por definição, é a condição para que qualquer pessoa, com ou sem deficiência, utilize, com segurança e autonomia, total ou assistida, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação (BRASIL, 2004). Nesse conceito, a acessibilidade se apresenta sob diferentes dimensões: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

## **Estruturação do Núcleo de Inclusão da ETET Martins Pena**

Uma das primeiras atividades da atividade de estágio foi pensar caminhos para organização de um trabalho na perspectiva do desenho universal que pudesse contemplar as demandas dos alunos com necessidades especiais buscando alternativas para eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação. Após estudos realizados na área sobre a temática e organização de serviços especializados em instituições, chegou-se a conclusão preliminar de que a ETET Martins Pena poderia ter um espaço que pudesse contemplar a diversidade com

ênfase em suas especificidades. Assim, surgiu a ideia da criação provisória do Núcleo de Apoio, Arte, Tecnologia, Pesquisa, Inclusão, Arte e Acessibilidade - NARTEPI, nesse caso específico, com foco nas pessoas com deficiência, mas os estagiários discutiram a importância da estruturação do trabalho também já realizado na cultura escolar na área do movimento negro e, ampliando o debate, face às questões emergentes que vêm surgindo na escola com o público oriundo do segmento LGBTQIA+ etc.

Apesar da precariedade do espaço e da falta de condições físicas, a rede de apoio colaborativa, por meio do suporte do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, sede provisória da ETET Martins Pena, disponibilizou uma sala, no andar térreo, onde funcionava uma antiga copa para sediar o espaço para funcionamento do NARTEPI.

O NARTEPI tem como missão ser referência na formação profissional na área do teatro acessível por meio do desenvolvimento de frentes intersetoriais integradas de estudos e redes de apoio, e objetiva atender às prerrogativas previstas no Regimento Escolar no que tange ao Ensino Técnico, bem como vislumbra atender a Deliberação acerca do Ensino Superior no que se refere à acessibilidade, tendo em vista que a ETET Martins Pena estava em fase de busca de reconhecimento do curso ofertado para modalidade de ensino superior.

Inicialmente, o NARTEPI contou com os estagiários Daniel Marivan e Alanes. O processo de estruturação do núcleo tem contado com o apoio dos profissionais que participam do Grupo de Pesquisa e que contribuem com questões de relevância para o aprimoramento teórico prático e conceitual do processo. Destacamos as reuniões com a prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Cida Donato acerca das questões conceituais sobre arte não excludente, e as constantes interlocuções com os consultores prof. dr. Ricardo Marciano, na área da Tecnologia, e a prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Margareth Oliveira, na área da Tecnologia Assistiva, da Escola de Gente e de toda a Rede de Apoio Colaborativo.

A dinâmica do estágio consiste nas seguintes ações de iniciação científica: os estagiários iniciam atividade com o estudo da legislação voltada para os direitos constitucionais e mais especificamente sobre a educação para todos, sejam elas: A Constituição Federal do Brasil de 1988, a Lei 7.853/89, a LDBEN 9394/96, a Lei Brasileira de Inclusão 13146/2015, a Lei do Teatro Acessível nº 13.442/2017, o Regimento da FAETEC no que tange a pessoa com deficiência e as regras de acessibilidades, segundo a ABNT. A seguir, são orientados a conhecerem os órgãos principais de fomento e pesquisa: CNPq, CAPES, FINEP, FAPERJ etc e a elaborarem seu currículo lattes. São estimulados a pesquisarem o Estado da arte das pesquisas sobre inclusão e formação profissional & acessibilidade, sobretudo na área da dramaturgia e o processo de inclusão na escola,

realizando mapeamento por meio da criação de um banco de dados sobre: o levantamento de teses e dissertações sobre inclusão em educação, teatro em acessibilidade, formação e profissionalização, levantamento sobre os serviços especializados de audiodescrição, e a tradução e interpretação em LIBRAS. O aluno Luiz Felipe, que tem baixa visão, tem se destacado com excelência na área da produção acadêmica, apresentando trabalhos de iniciação científica, na Semana de Arte da FAETEC e no Seminário Internacional de Funcionalidade, Tecnologia e Inclusão.

Durante o levantamento de dados sobre serviços especializados de audiodescrição, foi observada a oferta de cursos gratuitos pela Escola Virtual de Governo. Isso possibilitou aos estagiários, que não tinham problemas relacionados à deficiência da visão, realizarem a referida formação na modalidade a distância e de forma gratuita.

O protagonismo da pessoa com deficiência na ETET Martins Pena tem sido uma das atividades estimuladas através de várias iniciativas significativas. Um exemplo é o trabalho realizado no Centro de Memórias da escola, onde os alunos são entrevistados pela professora e coordenadora Cristiane Messias, uma figura chave nesse processo. Além disso, esses alunos participam do Programa Treinando como estagiários bolsistas, onde têm a oportunidade de expressar suas experiências pessoais no programa. Além disso, estão em processo de estruturação de um canal, nas redes sociais, chamado Martins em Cena, visando ampliar suas vozes e impacto na comunidade escolar e além dela.

## **Encontros Dialógicos**

Os encontros dialógicos têm sido uma das alternativas utilizadas para fomentar o debate acerca da inclusão da pessoa com deficiência na ETET Martins Pena. O primeiro encontro abordou a temática “Direito da Pessoa com Deficiência em Cena”. O segundo encontro, foi organizado para que os alunos da ETET Martins Pena participassem do Festival INsquetes de Teatro Acessível (ETA)<sup>6</sup>, promovido pela Escola de Gente<sup>7</sup>, de autoria da jornalista Cláudia Werneck, responsável pelo evento em âmbito internacional. Como resultado<sup>8</sup>, alguns finalistas são alunos da ETE Martins Pena, tendo a participação da ex aluna com deficiência Analu Faria e do aluno Nitai Domingos.

---

<sup>6</sup> Jornal da FAETEC noticiando o Festival ETA:

<http://www.faecet.rj.gov.br/desup/index.php/institucional/assessoria-de-comunicacao/noticias/2055-alunos-da-faecet-sao-selecionados-a-participar-de-festival-de-teatro-voltado-a-pessoas-com-deficiencia>

<sup>7</sup> Confira o Festival ETA no link: <https://youtu.be/Ccu051FJPWQ>

<sup>8</sup> Insquetes da ETET Martins Pena na ETA:

<https://www.facebook.com/share/p/4go8J7UxfBbNNjMm/?mibextid=oFDknk>

E o terceiro Encontro Dialógico teve como proposta mobilizar forças para o cumprimento da Lei 13.442 de 19 de setembro de 2017 (Lei do Teatro Acessível), entendendo as parcerias, o reconhecimento e o compartilhamento de fazeres como estratégias possíveis para promoção do processo de inclusão em educação, e objetivou incentivar, reconhecer e valorizar a troca de saberes na comunidade escolar e possibilitar uma visão mais ampla sobre o tema da acessibilidade com a presença de várias instituições educacionais de renome.

A Direção Escolar, junto à Coordenação Pedagógica, promoveu uma Semana Pedagógica, evento no qual foi oportunizada a participação do alunado<sup>9</sup> público alvo da educação especial para protagonizar suas experiências. Na oportunidade, eles expuseram suas vivências, em especial sobre o capacitismo, prática recorrente, vivenciada por eles diariamente. Nossa Analu, já formada, retornou à escola e colaborou valorosamente, declarando-se surpresa por ter recebido a Medalha Marcelo Reis. O aluno Nitai possui deficiência física e contribuiu imensamente falando sobre o tema anticapacitismo.

### **Rede de Ação Colaborativa**

- Escola de Gente

A Rede de Ação Colaborativa, com o valioso apoio da Escola de Gente, tem desempenhado papel fundamental na implementação da acessibilidade teatral na ETET Martins Pena. A parceria entre essas instituições tem sido essencial para fomentar o debate sobre a acessibilidade no teatro, aspecto crucial para a inclusão cultural.

A Escola de Gentes participou ativamente dos debates, mas também colaborou na prática para a implementação de um teatro acessível na escola. Um exemplo marcante desse apoio foi a disponibilização de recursos para que o terceiro encontro dialógico fosse totalmente acessível, garantindo que todos os participantes pudessem se envolver plenamente nas discussões.

Além disso, a Escola de Gente tem contribuído com oficinas acessíveis, realizadas dentro da ETET Martins Pena, fornecendo profissionais especializados para ministrarem essas atividades. Lara Monteiro, uma das profissionais da área de audiodescrição, tem sido especialmente incansável em seu trabalho. Ela tem destacado constantemente a importância

---

<sup>9</sup> Neste estudo, utilizou-se os nomes reais dos alunos, visando a valorização da autoria de seu protagonismo histórico e inserção na memória da escola ETET Martins Pena.

da audiodescrição, promovendo a conscientização sobre como essa prática é vital para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do teatro.

O esforço conjunto da Rede de Ação Colaborativa e da Escola de Gente tem criado um ambiente mais inclusivo e acessível na ETET Martins Pena. Essa colaboração tem demonstrado que, com apoio e dedicação, é possível eliminar barreiras e garantir que todos tenham acesso à cultura e à educação de qualidade.

- Produção do Espetáculo - Experimenta/ CCBB

A rede de ações colaborativas desenvolvida através do WhatsApp na ETET Martins Pena tem desempenhado papel substancial na promoção da inclusão e acessibilidade no teatro. Os estagiários têm buscado parceiros na área da produção cultural, como o produtor Fernando Pozzobon, reconhecido pela sua contribuição significativa no cenário cultural. Após um contato inicial, Fernando Pozzobon se mostrou extremamente receptivo e indicou a produtora Graziella Pozzobon, uma referência em audiodescrição, que estava envolvida na produção do espetáculo Experimenta, destaca a importância de enxergar a audiodescrição além de sua função técnica, reforçando sua relevância como uma questão de direitos humanos e inclusão social, quando afirma: "É fundamental que a audiodescrição seja vista não apenas como um recurso técnico, mas como um direito das pessoas com deficiência visual, que têm o direito de acessar a cultura e a informação de maneira plena e independente."

Graziella Pozzobon prontamente se colocou à disposição da ETET Martins Pena, convidando os alunos do grupo de pesquisa para participar do espetáculo organizado pelo CCBB. Esta colaboração não apenas proporcionou uma valiosa experiência educacional para escola, mas também fortaleceu o sentimento colaborativo entre os profissionais comprometidos com a inclusão. Além disso, a produtora concordou em participar de um dossiê sobre a importância do teatro acessível, contribuindo com uma entrevista que enriquecerá os estudos da escola. Graciela Pozzobon.

- Essa rede de atuação colaborativa tem sido fundamental para criar um ambiente de compartilhamento e cooperação, permitindo que a ETET Martins Pena avance em suas iniciativas de inclusão e acessibilidade no teatro, beneficiando diretamente os alunos e a comunidade escolar.

- IBC

O trabalho realizado pelo professor Fernando Guilhom, que já foi professor na ETET

Martins Pena e atualmente leciona no Instituto Benjamin Constant, tem ampliado as

possibilidades de parceria entre as duas instituições. Ele desenvolve um trabalho de coro inclusivo na ETET Martins Pena.

- TURMA OK

A Turma OK foi oficialmente fundada em 13 de janeiro de 1961, na cidade do Rio de Janeiro como um grupo voltado para a sociabilidade entre homossexuais. A ideia surgiu de um conjunto de amigos que já se reuniam informalmente em seus apartamentos. Esses encontros ocorriam semanal ou quinzenalmente, e muitos dos seus frequentadores eram moradores da zona sul da cidade. Apesar de a grande maioria ser composta por homens, algumas mulheres também frequentavam as reuniões. Um de seus anfitriões mais conhecidos foi Antônio Peres, um boliviano residente no Edifício Varsóvia, no bairro do Flamengo. A partir daí surgiu a ideia de formar um grupo de nome “Tudo OK”, alcunha que funcionava como uma espécie de senha entre os associados. Logo, no entanto, passaram a denominar-se como “Turma OK”. Em 1962, o grupo reforçou seus quadros com a entrada de homens que participavam de outros círculos homossexuais, entre eles Agildo Bezerra Guimarães, editor do jornal “O Snob”. Com o crescimento do número de participantes, os encontros passaram a acontecer, num primeiro momento, nas dependências do Clube 1º de Maio e depois no Cabaré Casa Nova, uma boate no bairro da Lapa. Permaneceram nesse espaço por três anos antes de se mudarem para uma sede própria. Seu espaço congrega um conjunto variado de atividades que incluem festas, reuniões, concursos e, principalmente, os shows de “artistas-transformistas”, itens emblemáticos do grupo. Apesar da repressão durante a Ditadura Militar e do impacto causado pelo aparecimento da AIDS, o grupo Turma OK conseguiu resistir e continua com suas atividades até a atualidade, sendo uma das organizações de socialização LGBTQI+ mais antigas do Brasil.

Ao estabelecer esse grupo de pesquisa, buscamos reunir e analisar a literatura existente, além de gerar novos conhecimentos que possam orientar educadores e profissionais na criação de ambientes de aprendizagem mais acessíveis.

O trabalho de pesquisa-ação em curso na ETET Martins Pena objetiva: refletir acerca dos desafios e possibilidades, minimizar as barreiras à aprendizagem e à participação por meio da prática de inclusão laboral, tendo por base as atividades vivenciadas no Programa Estagiando na Rede.

Inúmeros são os desafios encontrados no cotidiano escolar no que se refere à questão do alunado público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão. A iniciar com a baixa representatividade do referido segmento.

### **Resultados parciais ou conclusão**

Para tanto, este relato de experiência apresenta a compreensão do conceito de Inclusão utilizado pelo Grupo de Pesquisa da ETET Martins Pena, que discorre sobre uma breve contextualização a respeito do Dia da Mobilização de Luta pelo Teatro Acessível e a seguir apresenta a reflexão das ações do recorte de uma atividade de pesquisa ação em curso na escola, que se caracteriza por pesquisa e formação continuada e finaliza com considerações parciais, destacando para importância da atividade de estágio para o processo de inclusão laboral, recomendando a contratação dos estagiários, preferencialmente aqueles que fazem parte do público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão e que estão passando por um processo de formação em serviço, caso contrário, esta ação pode caracterizar-se como a precarização do trabalho e do trabalhador.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes claras para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso pleno à cultura, ao lazer e à educação. Nesse contexto, a inserção de uma disciplina específica sobre acessibilidade teatral nos currículos acadêmicos é um passo crucial para o cumprimento dessa legislação. Essa disciplina não só capacita os futuros profissionais do teatro a criarem produções acessíveis, mas também assegura que os espaços culturais sejam verdadeiramente inclusivos.

O teatro acessível não se limita a remover barreiras físicas, mas também envolve a transformação de atitudes e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Uma disciplina focada em acessibilidade teatral no currículo acadêmico é uma maneira eficaz de iniciar essa transformação. Ela dotará os alunos de habilidades técnicas específicas, mas também fomentará uma mentalidade inclusiva que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, empiricamente, observa-se que inúmeras outras demandas oriundas de questões ligadas à saúde mental demandam de necessidades educacionais especiais que estão para além das possibilidades de atendimento escolar, necessitando de suporte de equipe

multiprofissional voltada para a saúde de corpo e mente, como assistência social, serviços de psiquiatria e psicologia etc.

Aprendemos a agir de acordo com o que nos convém. Falamos em "luta" porque a palavra encaixa bem na frase, mas entendemos pouco sobre enfrentamento.

Constatamos baixa expressividade do alunado público alvo da educação especial na perspectiva da inclusão na escola com representatividade nas áreas da cegueira, baixa visão, deficiência física, cognitiva e de transtornos do espectro do autismo.

Inclusão na ETET Martins Pena é poder pensar processos de educação menos excludentes. É discutir projeto político pedagógico, avaliação, currículo, a relação teoria x prática, o cotidiano escolar...

A inclusão ainda está longe de se constituir uma realidade, dado o despreparo dos docentes que recebem a diversidade de alunos e alunas em suas salas de aula. Além disso, muitas vezes o currículo é construído de forma teorizada, com o fim de cumprir metas e diretrizes que priorizem apenas o conteúdo em sua forma mais orgânica.

Não é simplesmente adjetivar a educação inclusiva ou levantar a bandeira de um segmento e legitimar a não participação e ou a segregação de grupos historicamente excluídos, simplesmente eleger um segmento, mas legitimar a exclusão do outro ou decidir quem tem direito a estar no palco ou até mesmo a chegar nele.

Não é possível defender a educação de um segmento e excluir o de um outro.

Aliar-me a uma luta ou simplesmente me aliar só quando ela me convém...

Inclusão é poder discutir oferta de vagas e participação. É discutir barreiras à aprendizagem e à participação. É a construção de um plano de acessibilidade...

Concluindo, parcialmente, podemos afirmar que o convite para a produção deste Dossiê foi um marco histórico para a cultura do Estado do Rio de Janeiro na construção da produção do conhecimento para o Teatro Acessível, constituindo-se em uma possibilidade para a formação profissional na área do Teatro Acessível e servir de material bibliográfico para pesquisa.

Através da união de todos os setores da sociedade civil, vimos nascer um potencial que como política pública de Estado deve pensar caminhos para construção da acessibilidade teatral, que não esteja submetida aos desejos e inclinações dessa ou daquela gestão.

As ações em andamento acenam como embrião de possibilidades, destacamos a iniciativa da jornalista Cláudia Werneck que tem sido essencial ao disponibilizar profissionais de sua equipe para promover debates sobre inclusão, em especial sobre a temática da audiodescrição na ETET Martins Pena. Destaca-se o trabalho incansável da *Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.11, N. 2 - pág. 60-84 mai.- ago. de 2025: "Desafios da Formação Profissional no Teatro Acessível - Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena" – DOI: 10.12957/riae.2025.92003*

profissional Nara

Monteiro, que tem contribuído significativamente para ampliar a conscientização e implementação da audiodescrição, garantindo um ambiente mais inclusivo e acessível para todos os alunos.

Tenho observado empiricamente, o quanto as ações de autoridades públicas muitas vezes refletem suas experiências pessoais, influenciando significativamente políticas e decisões. Isso é especialmente evidente quando figuras públicas vivenciam questões pessoais, como deficiências em suas famílias. Por exemplo, a criação de iniciativas educacionais especiais pode ser inspirada por experiências pessoais, levando a políticas que personificam o compromisso e a sensibilidade dessas autoridades com as necessidades da comunidade.

Portanto, a inclusão de uma disciplina sobre acessibilidade teatral nos currículos acadêmicos é de vital importância. Ela alinha-se às exigências legais, aproveita o conhecimento gerado pelos grupos de pesquisa, e contribui para a formação de profissionais comprometidos com a inclusão. Ao garantir que todos possam desfrutar da magia do teatro, estamos promovendo uma sociedade onde a arte é verdadeiramente para todos.

Além de cumprir uma exigência legal, a disciplina sobre acessibilidade teatral pode promover uma reflexão profunda.

Finalizo este relato com algumas citações de autoria de Yke Leon, nas quais traduzem poeticamente e criticamente o meu pensar relacionado aos desafios e possibilidades para construção do Teatro Acessível: *"A Cultura não pode ser refém de gestores bem intencionados, ela é uma necessidade básica da humanidade e, tal qual a saúde e a educação, precisa ser tratada dessa forma.*

*A política institucional pode e deve ser afetada pela política dos afetos que a gente faz no dia-a-dia, olhando nos olhos uns dos outros e caminhando juntos em direção à utopia. Que a cultura e a arte aprendam a lição de que, quando a gente junta as mãos, ninguém separa.*

*Se a política é representativa, que a gente possa e saiba olhar e escolher quem caminha ao nosso lado e não quem caminha contra nós.*

*Ainda há muito a construir, mas que a gente não se prive de celebrar as pequenas epifanias.*

*Num país sem cultura, violência vira espetáculo. Que a gente aprenda a acolher as conquistas e as dignidades, ainda que tardias, porque gente é pra brilhar, não para morrer de fome.*

*E eu, sigo nesse trabalho de passarinho, espalhando sementes de arte e cultura por onde quer que eu vá, esperando que caia em terreno fértil e que possam germinar ...*

*Tem sido tempos difíceis para os sonhadores, mas não sonhar é muito pior.  
Perseveremos! "*

## Referências:

ABNT. NBR 9050:2021. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ANTUNES, K. C. V. & GLAT, R. *Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: os Cursos de Pedagogia em foco*. In: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A.(Org.). *Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico* Seropédica, RJ: EDUR/UFRRJ, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm) – Acesso em: 26/1/2014.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048/2000 e 10.098/2000 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2004. Disponível em: site do Planalto do Governo. Acesso em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 13.442 de 8 de maio de 2017. Institui o Dia do Teatro Acessível, Arte, Prazer e Direitos. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/456087054/lei-13442-17> Acesso em: 11 de abr. 2019.

SILVA, A. B. (2018). *A inclusão de pessoas com deficiência na cultura: desafios e perspectivas*. Revista Brasileira de Estudos Culturais, 15(2), 45-62.

RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE nº 345, de 22 de setembro de 2008. Estabelece normas para a autorização e reconhecimento de curso

---

superiores no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 25 set. 2008.